

## Atribuição e Auto-Conceito

Adriano Vaz Serra \*

---

### RESUMO

O Auto-Conceito pode ser definido, de uma maneira simples, como a percepção que o indivíduo tem de si próprio.

Um dos seus componentes importantes é a Auto-Estima. Desde o tempo de W. James é considerada como resultante da ligação que se estabelece entre os êxitos e as pretensões atingidas por dado indivíduo.

Se andarem a par este adquire, a seu próprio respeito, sentido de competência.

O julgamento de competência que uma pessoa faz de si própria é influenciada por diversos factores, entre os quais se realça a atribuição do sentido de responsabilidade da própria competência.

Assim, Auto-Conceito e Atribuição andam continuamente ligados.

No presente artigo referem-se dados respeitantes à importância clínica de qualquer destes dois constructos,, bem como diversos trabalhos que revelam o sentido da sua ligação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Auto-conceito, perturbações emocionais; atribuição.

### INTRODUÇÃO

Este trabalho de revisão tem por objectivo percorrer os aspectos seguintes:

- O auto-conceito
- As atribuições
- A importância clínica do auto-conceito
- A importância clínica das atribuições
- A inter-ligação entre o auto-conceito e as atribuições.

Consideremos agora cada um destes pontos, de uma maneira sucinta.

#### O AUTO-CONCEITO

O auto-conceito pode ser definido como a percepção que o indivíduo tem de si próprio.

---

(\*) Professor Catedrático de Psiquiatria da F.M.C. Director da Clínica Psiquiátrica dos H.U.C. Professor da Cadeira de Terapêutica do Comportamento da F.P.C.E. da Universidade de Coimbra.

A sua organização não depende da simples enumeração de comportamentos observáveis.

É um processo simbólico em que determinada estrutura se constitui, auxiliada pela linguagem, em que são atribuídas designações a classes de comportamentos que, por este modo, ficam definidos, englobados e hierarquizados numa ordem relativa de importância.

Embora não passe de um construto hipotético, aceite a partir da evidência de acontecimentos pessoais, torna-se útil como elemento integrador.

Testemunho da unidade de coerência do comportamento individual dá-nos a noção da continuidade e da identidade do ser humano no tempo, ajudando-nos a conhecer e a prever os seus comportamentos, independentemente de eventuais influências do meio ambiente.

De acordo com Gécas (1982) torna-se útil diferenciarmos, em relação ao auto-conceito, entre as Identidades, ou seja, os seus conteúdos e a Auto-Estima, que corresponde aos aspectos avaliativos e emocionais do próprio indivíduo.

As identidades têm importância porque se aceita que o conteúdo e a organização do Auto-Conceito esteja a reflectir o conteúdo e a organização da sociedade onde o indivíduo se encontra. Muito do tempo que dedicamos a tarefas específicas é determinado pelas nossas identidades. Têm, por conseguinte, uma acção significativa na motivação.

Mas, tanto ou mais importante, é a Auto-Estima.

Segundo Wells e Marwell (1976) esta pode ligar-se ao sentido de competência, poder ou eficácia do indivíduo ou ao sentido de virtude ou valor moral.

De acordo com Susan Harter (1985), William James (1892) foi um dos primeiros autores a referir que a Auto-Estima resulta da relação que se estabelece entre os êxitos e as pretensões atingidas por dado indivíduo. Se andarem a par este adquire, a seu próprio respeito, sentido de competência. E, se o ser humano a si mesmo se julgar competente para atingir as suas aspirações, tende a fazer de si próprio uma avaliação positiva e a ter, por isso, uma boa Auto-Estima.

Trabalhos de White (1959, 1960 e 1963) levam a depreender que a Auto-Estima, na criança, está estreitamente ligada a sentimentos de eficácia e, mais tarde, no decurso do desenvolvimento, ao sentido mais geral de competência (citado por Harter, 1985).

Esta, por sua vez, é uma das fontes que vai progressivamente ajudando a alimentar o sentido de valor pessoal.

Usualmente é aceite por diversos autores, entre os quais se podem citar L'Écuyer (1978) ou Shavelson et al. (1976, 1982) que o Auto-Conceito é uma estrutura hierarquizada e organizada.

As linhas de investigação que tem suscitado tentam responder, fundamentalmente, a dois tipos distintos de questões: «Quem sou Eu?» ou «Como sou Eu?»

Grande número de escalas sobre Auto-Conceito são, com frequência, escalas de avaliação de competências, que tentam responder à questão de «Como sou Eu?», em que o indivíduo procura ser avaliado em termos da sua competência escolar, social, atlética, física ou qualquer outra.

Este facto não é indiferente nem é gratuito, sob o ponto de vista emocional, para qualquer indivíduo.

Segundo Harter salienta, desde o tempo de William James que é realçado que, a competência reconhecida por uma pessoa, respeitante a determinada aptidão, num dado domínio específico, associa-se intimamente ao sentido de valor pessoal, se a esse domínio for dada grande importância. E a consequência é que este julgamento de competência, conforme é positivo ou negativo, se liga a emoções de orgulho ou de vergonha pessoal que, por sua vez, podem ser facilitadoras ou inibidoras de acção.

Por seu turno, este julgamento de competência, significativamente importante, é influenciado por diversos factores. Isto é, para além da apreciação de uma aptidão específica, da importância do domínio a que se aplica ou da correcção com que é considerada conta ainda, entre outros aspectos, a atribuição do sentido de responsabilidade da própria competência.

Neste particular, tanto em crianças como em adultos é aceite, que o indivíduo tende usualmente a desenvolver estratégias protectoras, em que se mostra propenso a atribuir a si a maior responsabilidade pelos êxitos do que pelos fracassos (Harter, 1985). Ao proceder assim, continua a preservar o sentido do seu valor pessoal, independentemente dos resultados da circunstância em que está envolvido.

Este aspecto estabelece a ponte natural entre Auto-Conceito e estilo de atribuições.

Abordemos agora algumas das particularidades destas últimas.

## AS ATRIBUIÇÕES

A teoria da atribuição deve-se a Fritz Heider, que a desenvolveu na década dos anos 50 Segundo Wefner (1972) o seu trabalho consistiu em procurar conhecer o que o homem comum pensa em matéria de causalidade.

Parte do pressuposto de que ninguém se satisfaz apenas em registar os factos que ocorrem à sua volta. Mais do que isso, procura sempre achar as causas dos diversos acontecimentos. Estas, dão um significado ao que experimenta que, uma vez percebido, levam o indivíduo a reagir perante o ambiente onde se encontra. Imaginemos que alguém ouve a buzinar de um carro, no exterior da sua casa. Provavelmente não se satisfaz com esta ocorrência. Parece-lhe identificar uma buzina conhecida, atribui esse toque a algum chamamento que lhe estão a fazer e, devido a isso, dirige-se à janela.

A circunstância ocorrida, uma vez atribuída, determinou-lhe uma acção particular.

A teoria estabelece que estas acções estão dependentes de duas ordens de factores. Uns, inerentes ao indivíduo. Outros, ao meio ambiente.

Cada qual pode ser formado por diversas forças que, no seu conjunto, constituem a força efectiva.

Como factores inerentes à pessoa descrevem-se a aptidão e o esforço.

Inerentes ao ambiente, salientam-se a sorte e a dificuldade da tarefa.

Da importância relativa destes factores, do êxito ou do fracasso obtido em dada tarefa, vai depender a persistência ou não do indivíduo nessa tarefa ou noutras congéneres.

Apenas as acções atribuídas às pessoas são reconhecidas como intencionais. As outras, são atribuídas ao acaso.

Se um indivíduo atribui a si próprio o êxito obtido numa tarefa, é levado a manter a actividade nessa ou noutra semelhante. O inverso se passa em relação ao fracasso.

Quando o êxito ou o fracasso é atribuído ao ambiente, a situação torna-se completamente distinta e a persistência ou não do indivíduo já não encontra uma relação tão linear como no caso anterior.

Phares (1957) verificou que, quando é dito a um indivíduo que o seu êxito, numa tarefa, é resultante da sua aptidão, a expectativa de êxito futuro é maior do que quando o êxito é atribuído à sorte ou ao acaso. Por outro lado, o fracasso atribuído à sorte (em vez de aptidão) provoca expectativas mais altas de êxito futuro (citado por Kelley e Michela, 1980).

Weiner *et al.* (1972) comprovaram que as atribuições internas, no confronto com as externas, aumentam algumas reacções afectivas, como o orgulho, em relação ao êxito e, a vergonha, em relação ao fracasso (Kelley e Michela, 1980).

Grande número de vezes, as circunstâncias que levantam problemas de atribuição, são encaradas segundo crenças sobre as causas e os efeitos envolvidos. Assim, a observação de um efeito muitas vezes pressupõe a ocorrência de determinada causa. E, quando se observa uma dada causa, quase sempre se supõe que determina certos efeitos.

Deste modo, é frequente que as expectativas arquitectadas pelo indivíduo levem a pressupor certas causas e certos efeitos, independentemente de uma análise exhaustiva de informação (Kelley e Michela, 1980).

Por exemplo, tem-se verificado que o êxito das pessoas em geral ou de pessoas desconhecidas, costuma ser atribuído a factores do indivíduo. O êxito, nos homens, e o fracasso, nas mulheres, costumam ser mais esperados do que o contrário e, por conseguinte, tendem a ser também atribuídos a factores da pessoa. O inverso passa-se para o fracasso, nos homens, e o êxito nas mulheres, que tendem a ser atribuídos a factores de sorte (Kelley e Michela, 1980).

Não é nosso propósito efectuar uma explicação exhaustiva da teoria da atribuição e, por conseguinte, tendo delineado aspectos preliminares, voltemos a abordar questões relativas ao Auto-Conceito.

#### A IMPORTÂNCIA CLÍNICA DO AUTO-CONCEITO

O Auto-Conceito depende, fundamentalmente, de quatro grandes ordens de factores.

Um deles, as apreciações dos outros sobre o nosso próprio comportamento.

Outro, a forma como nos desempenhamos (bem ou mal) em situações específicas.

Outro ainda, a comparação do comportamento de um indivíduo com os indivíduos do grupo social a que pertence.

Finalmente, o confronto do comportamento de uma pessoa com os valores instituídos por um grupo normativo (religioso ou outro).

Sendo o ser humano, durante longo tempo da vida, dependente dos outros as variáveis sócio-culturais e familiares não podem deixar de influenciar a génese do Auto-Conceito.

Num estudo minucioso de Wylie (1979), a autora refere que há numerosas variáveis que podem interferir com a génese do Auto-Conceito.

No entanto, acrescenta que é muito provável que as diferenças devidas à raça, ao sexo ou ao estatuto sócio-económico sejam mediadas, pelo menos parcialmente, através da família.

Este facto pode ocorrer, pela observação da auto-aceitação dos pais, pelas formas diferentes de educar os filhos, pelos papéis ligados ao sexo ou pela simples estrutura familiar associados com aqueles aspectos.

Os pais, durante longos anos, têm a oportunidade única de poderem actuar como modelos e como fontes de reforços, influenciando largamente as ideias e os sentimentos que o filho guarda sobre si próprio, como pessoa, bem como o tipo de indivíduo que deveria gostar de ser.

Naturalmente que se aquilo que lhe for dito que é, for muito diferente do que é salientado como sendo os padrões ideais de conduta, tal facto repercute-se sobre a sua auto-aceitação.

Nesta, têm influência não só as contingências de reforço estabelecidas para certos valores, por parte dos progenitores, bem como os valores que eles próprios defendem, pela demonstração do seu comportamento.

Um pai que tenha uma má auto-aceitação, com grandes discrepâncias entre os seus auto-conceito real e auto-conceito ideal, constitui um mau modelo para o filho.

Da revisão exhaustiva de Wylie (1979) podemos sumariar diversas conclusões:

— Há provas de que a auto-aceitação das crianças está relacionada com a forma como percebem que os pais as aceitam;

— A sua auto-aceitação parece estar igualmente associada com a semelhança que pressupõem existir entre si e os seus progenitores;

— Os delinquentes revelam serem percebidos com menor acuidade, por parte dos pais; por outro lado, notam uma menor semelhança com estes;

— Lares desfeitos propiciam um mau desenvolvimento do auto-conceito da criança;

— A perda de elos afectivos, devido a divórcio ou a separação, pode tornar-se mais lesiva para a auto-consideração da criança do que a morte de um dos progenitores;

— A ordem de nascimento e tamanho da família não tem grande influência, como variáveis intervenientes, na génese do Auto-Conceito; o facto mais significativo sobre este aspecto é o de filhos únicos, particularmente rapazes, terem uma melhor auto-estima no confronto com os seus homólogos;

— Os pais de crianças «normais» tendem a perceber os seus filhos de uma forma mais positiva do que os pais de crianças perturbadas emocionalmente.

A prática clínica revela-nos, por vezes, a importância destes pontos.

Em tempos tivemos ocasião de escutar o desabafo de um homem de 31 anos, particularmente tímido e com grandes dificuldades de contactos interpessoais. Referiu que o pai sempre o tratara de forma muito rude. Ao longo de anos, numerosas vezes, tinha a seu respeito frases muito depreciativas. Entre elas, por exemplo, comentava: «Não passas de um aborto», «És um incompetente», «És um inútil», «Tudo quanto fazes está mal feito».

Se compreendermos que a auto-aceitação de alguém advém da forma como percebe que os progenitores o aceitam, devemos perceber porque é que este indivíduo se desenvolveu com grandes dificuldades emocionais.

Em 1985 tivemos oportunidade de criar uma escala — o Inventário Clínico de Auto-Conceito (ICAC) — com a finalidade de medir aspectos emocionais e sociais deste constructo.

Uma análise factorial então feita revelou a presença de 6 factores dos quais os dois primeiros, pelas suas características, podem ser denominados de aceitação/rejeição social e de auto-eficácia.

Estes dois primeiros eixos, pela sua ordem e pela variância explicada, são os mais importantes e constituem facetas muito típicas do Auto-Conceito.

O primeiro relaciona-se com o significado que uma pessoa pode ter para outra.

O segundo, com a competência sentida em relação aos problemas.

Em 1986, Vaz Serra, Ana Paula Matos e Horácio Firmino, tentaram detectar a importância das relações pais/filhos, no que respeita ao Auto-Conceito. Utilizaram o Questionário de Relações Pais/Filhos, de Bastin e Delrez e o Inventário Clínico de Auto-Conceito, de Vaz Serra (1985); numa amostra de 814 elementos.

Aquele questionário permite obter quatro tipos de resultados. Uma nota global, relativa à atmosfera familiar em geral e classificações respeitantes às relações com o pai, com a mãe e questões gerais. Quanto mais elevados são os resultados, melhor é a relação estabelecida. Esta, pode visar diversas facetas, em número de doze, que vão desde uma relação de afecto/frieza, de aceitação/rejeição, até tolerância/dominância ou comunhão de ideias e de sentimentos.

Os resultados que obtivemos foi de que, tanto para o Auto-Conceito total como para os dois factores mais importantes do Inventário Clínico de Auto-Conceito se estabeleceram correlações positivas e bastante significativas com a nota global e as relações com o pai e com a mãe. Isto parece significar que, quanto melhor a atmosfera familiar melhor é o Auto-Conceito (Quadro 1).

QUADRO I — Atmosfera familiar e Auto-Conceito  
(Vaz Serra; Mátos e Firmino, 1986)

	Auto-conceito total	F1	F2
Nota global Pais/filhos	.209 ***	.172 **	.169 **
Relações com o Pai	.193 **	.164 **	.164 **
Relações com a Mãe	.176 **	.144 **	.120 **

\*\*\* =  $p < .001$ ; \*\* =  $p < .01$ ; N = 814 elementos

Tentando considerar de forma particular o Auto-Conceito e os factores 1 e 2, do Inventário Clínico, com formas específicas de relações com os progenitores, comprovámos que aqueles apresentavam sobretudo uma correlação positiva e significativa com duas: tolerância e aceitação por parte dos pais.

Estes factos vêm comprovar dados de observação clínica.

Assim, é natural que um mau ambiente familiar e uma má relação com os pais gere um mau auto-conceito que, por sua vez, propicie um mau ajustamento do indivíduo.

De facto, numa série de trabalhos efectuados verificámos, utilizando o I.C.A.C., que um bom auto-conceito se liga a expectativas positivas do indivíduo em relação a si próprio (Vaz Serra, R. Antunes e H. Firmino, 1986), enquanto que um mau auto-conceito se correlaciona com as perturbações emocionais, em doentes (Vaz Serra e H. Firmino, 1986), com a presença de sintomas depressivos na população

em geral (Vaz Serra, A.P. Matos e S. Gonçalves, 1986) e com ansiedade social (Vaz Serra, S. Gonçalves e H. Firmino, 1986).

Estas ocorrências são, na verdade, abonatórias da importância clínica deste constructo.

134

Leahy (1985) assinala que usualmente tendemos a guardar uma visão optimista do desenvolvimento de uma criança. Porém, para este autor, há consequências positivas e negativas que não devemos ignorar.

Ellis e Beck contam-se entre aqueles cientistas que têm chamado a atenção para a importância de esquemas mentais que se podem formar, devido a uma relação inadequada com os progenitores.

Leahy (1985) tendo em conta estes aspectos refere: «A concepção do indivíduo e dos outros é determinada por esquemas que suscitam os tipos de informação que a pessoa considera como relevante para si. Os esquemas são os padrões habituais de pensamento que originam a forma pela qual o indivíduo foca a sua atenção na informação ou relembra os acontecimentos. De acordo com o modelo de processamento dos esquemas, a informação que é consistente com um esquema é mais provável ser ou armazenada ou relembrada a partir da memória. O indivíduo com um esquema «Sou um fracassado» é mais provável que retenha e relembre pormenores acerca de fracassos passados. Por outro lado, os esquemas podem alterar os factos que se relembram da memória de tal forma que o indivíduo pode fazer falsos reconhecimentos ou construir informação consistente com esse esquema».

E aquele autor cita ainda Kelly (1955) que refere: A ironia do modelo de processamento dos esquemas é de que... o ser humano é um cientista pobre. Se a pessoa (devido ao seu esquema) começa com a conclusão: «Sou um fracassado», só procura a evidência confirmativa deste facto, sem tentar encontrar a evidência contrária.

Usualmente um mesmo indivíduo orienta-se não segundo um só esquema mas segundo diversos esquemas hierarquizados.

Estes pontos são de inegável alcance clínico. Por um lado, indicam-nos a importância das relações com os progenitores. Por outro lado, salientam-nos que o esquema que se estabelece se mantém e imprime a sua marca. Finalmente, mantendo-se de forma latente dentro do indivíduo pode, mais tarde, mercê de circunstâncias propícias, ser reactivado e, então, auto-perpetuar-se.

Abordemos agora de novo as atribuições, para chamarmos a atenção para alguns pontos do seu significado.



## A IMPORTÂNCIA CLÍNICA DAS ATRIBUIÇÕES

A importância das atribuições é facilmente deduzível na prática clínica.

É que um enfermo usualmente «não se queixa do que tem, mas sim do que pensa ter». E «o que pensa ter» é fruto da sua história pessoal de doença, das doenças da sua família ou das enfermidades ou males culturalmente promovidos no meio onde se encontra.

É frequente escutarmos que, a determinada mulher, a menstruação ou o parto lhe «subiram à cabeça». Já tivemos um doente internado que se suponha vítima de praga ruim.

Há anos atrás visitámos o Stanley Royd Hospital, em Leeds, que tinha um livro de registos de precipitantes de perturbações mentais, ocorridos nos princípios do século XIX. Entre alguns, assinalados, encontrava-se a excitação política ou a exposição atmosférica.

Porém, sob o ponto de vista clínico, as atribuições têm sido alvo de um estudo mais sistematizado.

Particularmente a noção de locus de controlo, de Rotter (1967), que muito contribui para explicar as diferenças entre as pessoas, no que respeita a atribuições causais. Numa revisão de Relvas (1985) podemos comprovar que há largo número de situações clínicas psiquiátricas que estão associadas com a presença de um locus de controlo externo.

Independentemente destas perspectivas a teoria da atribuição tem sido aplicada muito particularmente às depressões, em ligação com a teoria do desespero aprendido, de Seligman.

Tentemos sumariar os pontos mais significativos.

Quando um indivíduo atribui a si próprio o resultado de determinada tarefa, está a efectuar uma atribuição interna. Esta será externa se esse resultado for atribuído a outras pessoas ou circunstâncias.

Por sua vez, quando um indivíduo obtém um dado resultado numa tarefa, pode supor que consegue resultados idênticos em tarefas futuras semelhantes ou, pelo contrário, que serão diferentes. No primeiro caso está a fazer uma atribuição de estabilidade e, na segunda alternativa, uma atribuição de instabilidade.

Pode também congeminar que o tipo de resultado obtido se generaliza a outras circunstâncias ou, pelo contrário, é alcançado apenas naquela. Na primeira eventualidade está a efectuar uma atribuição de globalidade e, na segunda, uma atribuição de especificidade.

Abramson, Seligman e Teasdale (1978) postularam que os deprimidos têm um estilo próprio de atribuições.

Assim, revelam uma tendência para fazerem:

— uma atribuição interna para o fracasso mas externa para o êxito.

— uma atribuição estável para o fracasso mas instável para o êxito.

— uma atribuição global para o fracasso mas específica para o êxito.

Desta forma, perante uma situação de fracasso tendem a mencionar: «A culpa é minha» ... «Serei sempre assim» ... «Sou um incompetente».

Numa situação de êxito, têm propensão a referir: «Tive sorte», «Foi só desta vez» ... «Nesta situação particular».

Estilos de atribuições deste tipo são particularmente desagradáveis e depressivogénicas.

Wortman e Dintzer (1978) criticaram o modelo de Abramson *et al.*, levantando a questão de saber se são as atribuições que causam a depressão ou se é a depressão que leva a que se constituam este tipo de atribuições.

De qualquer forma a investigação sobre as atribuições mostra alguns factos importantes.

Entre eles, o de que afectam os nossos sentimentos sobre os acontecimentos passados e as nossas expectativas sobre os acontecimentos futuros. As nossas atitudes em relação às outras pessoas e as nossas reacções aos seus comportamentos. As concepções que guardamos de nós próprios e os esforços para nos melhorarmos.

Consideremos agora, de forma breve, a relação entre o Auto-Conceito e as atribuições.

#### A INTER-LIGAÇÃO ENTRE O AUTO-CONCEITO E AS ATRIBUIÇÕES

A teoria da atribuição serve o propósito de explicar as interpretações causais, feitas pelas outras pessoas, a respeito dos diversos acontecimentos à sua volta.

Referem Arkin e Baumgardner (1985) que o processo de atribuição não é dirigido apenas às interpretações das ocorrências. Para além das pessoas se sentirem na necessidade de explicar o porquê das coisas, elas também se sentem na necessidade de fazer uma atribuição ao quê das características pessoais, sentimentos e traços dos objectos, no contexto social onde se encontram.

Se verificarmos, por exemplo, que o João se saiu mal no ponto de português, podemos fazer uma atribuição a este resultado, mencionando que foi devido a falta de esforço. Esta atribuição ao acontecimento, enquanto facto isolado, pode facilmente ser revertido numa atribuição feita ao indivíduo, em termos de traço, e mencionarmos, a este respeito, que o João é preguiçoso.

Na base está uma mesma necessidade atributiva. Só que, no primeiro caso, se aplica ao acontecimento, num sentido estrito. No segundo caso, atinge directamente o auto-conceito do indivíduo.

Uma atribuição causal, feita directamente a uma pessoa, pode levar a que os êxitos sejam atribuídos ao próprio, e os fracassos a factores exteriores ao indivíduo.

O inverso pode ser igualmente verdadeiro: isto é, os fracassos serem atribuídos à pessoa e os êxitos a circunstâncias alheias ao indivíduo.

Arkin e Baumgardner (1985) comentam que «Através da negação da responsabilidade pessoal, para os resultados sem êxito, a qualidade negativa das más notícias é substancialmente reduzida; embora o fracasso tenha ocorrido e não possa ser revertido, são minimizados as implicações sobre a aptidão do indivíduo, em relação com o fracasso. Colocando as coisas de forma mais simples, atribuindo um resultado de fracasso a uma causa externa e estranha, uma pessoa pode separar o elo usual entre o desempenho e a avaliação. Por sua vez, ao assumir responsabilidade pessoal pelos resultados com êxito, pode aumentar a qualidade positiva das boas notícias; neste caso, ao ser afirmada a ligação entre o desempenho e a avaliação, está a ser maximizado o nível de aptidão do indivíduo».

Uma atribuição causal, feita assim, em relação ao indivíduo, tem uma finalidade protectora, não só da auto-imagem mas, fundamentalmente, da autoestima.

Se se passar o contrário obtêm-se, naturalmente, efeitos opostos.

Em relação com este ponto, devemos mencionar que Markus (1977) salienta que o Auto-Conceito tem a propriedade de organizar o processamento de toda a informação relevante para o indivíduo. Isto é, cada qual transporta consigo uma espécie de conservadorismo cognitivo, que organiza percepções, memórias e esquemas pessoais, que levam a que o indivíduo se torne progressivamente resistente à informação que lhe é inconsistente.

É então de aceitar que as atribuições, em relação a resultados com êxito ou fracasso, variem em função do bom ou mau Auto-Conceito do indivíduo.

Elfried Lõchel (1983) refere que há uma propensão tendenciosa a que pessoas com bom Auto-Conceito atribuam o êxito a factores internos, tais como aptidão ou esforço, sentindo-se interiormente reforçados por um sentimento de orgulho, nessas ocasiões. O fracasso, por seu turno, é, nestes casos, atribuído a factores variáveis, permitindo manterem assim a esperança para o êxito e a possibilidade de um aumento do seu esforço. Em oposição com este tipo de estratégia, os indivíduos com um mau Auto-Conceito tendem a atribuir o êxito a factores externos (como, por exemplo, sorte ou facilidade da tarefa), o que torna impossível a ocorrência de um auto-reforço efectivo. O fracasso, por sua vez, é atribuído a causa estáveis, particularmente falta de aptidão.

Este fenómeno indica, segundo Lõchel, os padrões distorcidos de atribuição que servem para manter os auto-conceitos.

Num trabalho de Vaz Serra, Horácio Firmino e Ana Paula Matos (1986) os autores tiveram o ensejo de, numa amostra de 476 indivíduos, correlacionar o Inventário Clínico de Auto-Conceito com a Escala IPC, de Levenson. Aquele, como o nome indica, serve para medir auto-conceito. Esta, para avaliar locus de controlo.

QUADRO II — Auto-Conceito e Locus de Controlo  
(Vaz Serra; Matos e Firmino, 1986)

	Auto-conceito total	F1	F2
I	.304 ***	.226 ***	.294 ***
P	-.320 ***	-.209 ***	-.340 ***
C	-.298 ***	-.179 **	-.314 ***

\*\*\* =  $p < .001$ ; \*\* =  $p < .01$ ; N = 476 elementos

Estes resultados são consistentes com o que acaba de ser atrás mencionado.

Também no decurso de 1986 Ana Paula Matos e Vaz Serra construíram uma escala de atribuições. Esta, reproduz 12 situações diferentes, metade das quais com resultados favoráveis e, a outra metade, com resultados desfavoráveis. Em todos os casos o respondente deve registar as suas respostas em termos de internalidade versus externalidade, instabilidade versus estabilidade, especificidade versus globalidade, bem como o grau de importância da situação.

Num trabalho de Vaz Serra, Pinto Gouveia, Ana Paula Matos, Ligia Fonseca e Margarida Robalo (1986) foi correlacionado o auto-conceito do indivíduo (medido por intermédio do I.C.A.C.) e o estilo de atribuições.

Os resultados, relativos a 312 elementos, revelaram o que a seguir se apresenta (Quadro III). Isto é, a importância relativa à situação correlaciona-se sempre, de forma significativa, com atribuições de internalidade. No entanto, o Auto-Conceito, correlaciona-se de uma forma marcadamente significativa, com internalidade, apenas quando os resultados são positivos. Quando os resultados são negativos então o Auto-Conceito correlaciona-se de forma positiva e significativa com externalidade.

Estes factos indicam, afinal, que o Auto-Conceito está relacionado não só com um estilo de atribuições mas, mais do que isso, com as estratégias utilizadas na própria vida.

QUADRO III — Auto-Conceito, Estilo de Atribuições e Importância da Situação  
(Vaz Serra et al., 1986)

p < .001	Situação de resultados positivos		Situação de resultados negativos	
	Atrib. Ext.	Import. Sit.	Atrib. Ext.	Import. Sit.
Import. Situação	-.222	—	-.229	—
Auto-Conceito	-.343	.219	.183	.071

139

Tais ocorrências mostram ainda a sua utilidade como indicador de um comportamento adequado ou inadequado, susceptível de revelar quem apresenta ou não vulnerabilidades emocionais.

O autor agradece reconhecidamente à Dra. Ana Paula Matos e ao Dr. Horácio Firmino a ajuda prestada na recolha de dados bibliográficos para o presente artigo.

#### SUMMARY

Self-concept can be defined as the perception the individual has of himself.

Self-esteem is one of its most important components and is considered the product of the established connection between successes and pretensions attained by the individual. If successes and pretensions go side by side then the individual acquires sense of competence.

The judgement of competence the individual makes of himself depends of several factors. The attribution for the responsibility of the competence, is one of them. This point explains how self-concept and attribution are closely related.

The present paper draws attention for the clinical importance of self-concept and attribution and presents some data that reveal in what way they are related.

KEY-WORDS: Self-Concept — emotional disorders — attribution.

#### RESUMÉ

Le concept de Soi peut être défini comme la perception que l'individu tient de soi-même.

Un de ses composants est l'estime de soi, considérée comme le résultat de la liaison qu'on établie entre les succès et les prétensions réussis par un individu.

Le jugement de compétence que chacun fait de soi-même est influencé par plusieurs facteurs, entre lesquels on peut relever l'attribution du sens de responsabilité de sa propre compétence.

Ainsi, le Concept de Soi et l'Attribution son intimement liés.

Au présent article on expose des données concernant l'importance clinique de chacun de ses deux concepts, bien que les divers travaux que révèlent le sens de leur liaison.

MOTS-CLÉS: Concept de soi — perturbations émotionnelles — attribution.

## BIBLIOGRAFIA

140

- ABRAMSON, L.P., SELIGMAN, M.E.P. e TEASDALE, J.E. (1978) — Learned helplessness in humans: Critique and reformulation «*J. Abnormal Psychology*», 87: 49-74.
- ARKIN, R.M. e BAUMGARDNER, A.H. (1985) — Self-Handicapping — Cap. 7, pp. 169-202 in «*Attribution-Basic issues and Application*», Edit. por J.H. Harvey e G. Weary-Academic Press.
- L'ÉCUYER, R. (1978) — *Le concept de soi* — Presses Universitaires de France.
- GECAS, V. (1982) — The self-concept — «*Ann. Rev. Sociol.*», 8: 1-33.
- HARTER, S. (1985) — Competence as a dimension of Self-Evaluation: Toward a Comprehensive Model of Self-Worth — Cap. 2, pp. 55-121 in «*The Development of the Self*», edit. por R.L. Leahy-Academic Press.
- KELLEY, H.H. e MICHELA, J.L. (1980) — Attribution Theory and Research — Annual Review of Psychology», 31: 457-501.
- LEAHY, R.L. (1985) — The costs of development: clinical implications — Cap. 8, pp. 267-294 in «*The Development of the Self*» — Edit. por R.L. Leahy-Academic Press.
- LÖCHEL, E. (1983) — Sex Differences in Achievement Motivation — pp. 193-220 (Cap. 7) in «*Attribution Theory and Research: Conceptual, Developmental and Social Dimensions*» — Edit. por J. Jaspars, F.D. Fincham e M. Hewstone — Academic Press.
- MARKUS, H. (1977) — Self-schemata and processing information about the self — «*J. Person. Soc. Psychol.*», 35: 63-78.
- RELVAS, J.S. (1985) — Locus de Controlo e Depressão (influência das expectativas de controlo do reforço na etiopatogenia e manifestações da Depressão) — dissertação de doutoramento apresentada à F.M.C..
- ROTTER, J.B. (1967) — *Psicologia Clínica* — Zahar Editores — Rio de Janeiro — Brasil.
- SELIGMAN, M.E.P. (1975) — *Helplessness (on Depression, Development and Death)* — W.H. Freeman and Company — San Francisco.
- SHAVELSON, R.J., HUBNER, J.J. e STANTON, J.C. (1976) — Self-Concept: Validation of construct interpretations — «*Review of Educational Research*», 46: 407-441.
- SHAVELSON, R.J. e BOLUS, R. (1982) — Self-Concept: the inter-play of theory and methods — «*J. Educ. Psychology*», 74 (1): 3-17.
- VAZ SERRA, A. (1980) — A importância da atribuição nas perturbações emocionais — «*Psiquiatria Clínica*», 1 (1): 5-13.
- VAZ SERRA, A. (1986) — A importância do Auto-Conceito — «*Psiquiatria Clínica*», 7 (2): 57-66.
- VAZ SERRA, A. (1986) — O «Inventário Clínico de Auto-Conceito» — «*Psiquiatria Clínica*», 7 (2): 67-84.
- VAZ SERRA, A., ANTUNES, R. e FIRMINO, H. (1986) — Relação entre auto-conceito e expectativas — «*Psiquiatria Clínica*», 7 (2): 85-90.
- VAZ SERRA, A. e FIRMINO, H. (1986) — O auto-conceito nos doentes com perturbações emocionais — «*Psiquiatria Clínica*», 7 (2): 91-96.
- VAZ SERRA, A., MATOS, A.P. e GONÇALVES, S. (1986) — Auto-Conceito e sintomas depressivos na população em geral — «*Psiquiatria Clínica*», 7 (2): 97-101.
- VAZ SERRA, A., GONÇALVES, S. e FIRMINO, H. (1986) — Auto-conceito e ansiedade social — «*Psiquiatria Clínica*», 7 (2): 103-108.

- VAZ SERRA, A., PINTO GOUVEIA, J., MATOS, A.P., FONSECA, L. e ROBALO, M. (1986) — Self-Concept and Attribution: some facts of its relationship — trabalho apresentado no dia 9 de Setembro de 1986 no 16th Congress of the European Association for Behaviour Therapy, em Lausanne.
- VAZ SERRA, A., MATOS, A.P. e FIRMINO, H. (1986) — Influência das relações Pais/Filhos no Auto-Conceito — trabalho apresentado no dia 21 de Novembro de 1986, no Porto, no «I Encontro Ibérico de Terapia Comportamental».
- VAZ SERRA, A., FIRMINO, H. e MATOS, A.P. (1986) — Auto-Conceito e Locus de Controlo — trabalho apresentado no dia 21 de Novembro de 1986, no Porto, no «I Encontro Ibérico de Terapia Comportamental».
- WEINER, B. (1972) — Cognitive approaches and attribution theory — Cap. V do livro do mesmo autor «Theories of Motivation (from mechanism to cognition)» — Rand McNally Publishing Company-Chicago.
- WELLS, L.E. e MARWELL, G. (1976) — Self-Esteem: its conceptualization and measurement — vol. 20, Sage Library of Social Research — Sage Publications.
- WYLIE, R.C. (1979) — The Self-Concept — vol. 2 (Theory and Research on selected topics) — University of Nebraska Press — Lincoln / London.